

RELATÓRIO FINAL

CLASSIFICAÇÃO DO TEATRO CONSTANTINO NERY, EM MATOSINHOS, COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

1. DECISÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

1.1. A Câmara Municipal, por proposta da Comissão do Património Arquitetónico e Histórico, e na sequência do trabalho por esta desenvolvido, decidiu a abertura do procedimento de classificação do Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, como monumento de interesse municipal, por deliberação de Câmara de 15 de maio de 2024.

1.2. Após esta decisão, foram efetuadas as seguintes diligências:

1.2.1. Comunicação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Unidade de Cultura (Saída/2024/4789) e, através desta, ao Património Cultural, I.P., nos termos do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, saída datada de 28 de agosto de 2024 e enviado por correio e rececionado pela primeira entidade em 30 de agosto de 2024.

1.2.2. Não houve lugar a notificação do proprietário, por se tratar de um prédio que é do domínio privado do município.

1.2.3. Foi efetuada a publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 161, de 21 de agosto de 2024, pelo Anúncio n.º 209/2024.

1.2.4. Foi comunicado à União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, por ofício (Saída/2024/4790) enviado por correio e rececionado no dia 30 de agosto de 2024, para divulgação nas suas instalações.

1.2.5. Foi efetuada a divulgação nos locais de estilo e na página eletrónica da Câmara Municipal através do Edital n.º 248 de 27 de agosto de 2024.

1.3. Tendo a Câmara Municipal comunicado a decisão de abertura do procedimento de classificação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Unidade de Cultura, nos termos do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 13 de outubro, não se tendo ainda pronunciado o Património Cultural I.P., e tendo sido excedido o prazo de 30 dias de que dispõe, considera-se o seu silêncio como parecer favorável.

2. APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECISÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em reunião ordinária realizada em 19 de março de 2025, a Câmara Municipal deliberou apropriar a informação dos serviços, no sentido da aprovação do projeto de decisão de classificação do Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, como monumento de interesse municipal. Na sequência da aprovação do projeto de decisão de classificação pela Câmara Municipal, procedeu-se à publicação e notificação dessa decisão.

2.1. PUBLICAÇÃO

Foi elaborado o Edital n.º 178/2025, de 5 de junho de 2025, publicado na página eletrónica da Câmara Municipal, juntamente com os elementos relevantes do processo, para consulta, tal como nos locais de estilo – Instalações da Câmara Municipal, da Junta da União das Freguesias

de Matosinhos e Leça da Palmeira, para pronúncia dos interessados no prazo de 30 dias, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro.

Foi publicitado no Diário da República, 2.ª série, de 4 de junho de 2025, n.º 107, pelo Anúncio n.º 178/2025.

2.2. NOTIFICAÇÃO

Não houve lugar a notificação do proprietário, por se tratar de um prédio que é do domínio privado do município.

2.3. INFORMAÇÃO

Decorrido o prazo de audiência dos interessados, contado pelo período de 30 dias, a partir da publicação no Diário da República do projeto de decisão de classificação do Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, como monumento de interesse municipal, no dia 4 de junho de 2025, cujo término ocorreu no dia 18 de julho de 2025, verifica-se que não foram registadas quaisquer exposições na sequência dos atos de publicação e notificação efetuados.

2.4. CONSTITUIÇÃO DE UMA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO

O Decreto-Lei n.º 309/2009, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime aplicável às zonas especiais de proteção e aos planos de pormenor e de salvaguarda, enquadra legalmente a constituição das zonas especiais de proteção. Com efeito, este diploma dedica particular atenção a esta temática, designadamente através do seu artigo 57.º, o qual regula o procedimento de classificação de âmbito municipal, remetendo, para o efeito, para uma adaptação do procedimento de âmbito nacional desenvolvido pela tutela competente.

Ainda no domínio das competências municipais, e no que respeita especificamente às zonas de proteção, o artigo 58.º do mesmo diploma legal, estabelece, no seu n.º 1, que “os bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, como de interesse municipal *podem* dispor de uma zona especial de proteção provisória ou de uma zona especial de proteção, quando os instrumentos de gestão territorial não assegurem o enquadramento necessário à proteção e valorização do bem imóvel, mediante deliberação do órgão autárquico competente”.

Embora o número seguinte do referido artigo remeta a instrução do procedimento para os regimes gerais aplicáveis, exclui expressamente da sua redação a zona geral de proteção, de delimitação imediata, por corresponder ao perímetro “automático” de 50 metros contados a partir do limite externo do imóvel classificado.

Por sua vez, a leitura conjugada e integral do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 309/2009 resulta que, no decurso do desenvolvimento do procedimento de classificação de um imóvel, poderá ser constituída uma zona especial de proteção. Importa, a este propósito, atender à redação conferida ao n.º 1 e ao n.º 3 do referido artigo, bem como à distinção aí consagrada entre a zona especial de proteção e a zona especial de proteção provisória, sendo que a primeira produz efeitos dependentes de publicação, ao passo que a segunda assume eficácia imediata, à semelhança do que ocorre com a zona geral de proteção.

Atendendo ao procedimento habitualmente seguido nos processos de classificação de imóveis de interesse municipal promovidos pela Câmara Municipal de Matosinhos, tem sido adotada a interpretação segundo a qual, no cumprimento do dever de salvaguarda do património imóvel,

os municípios dispõem de instrumentos de gestão territorial — designadamente o Plano Diretor Municipal (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP) — suscetíveis de, em diferentes escalas, assegurar a proteção da envolvente dos imóveis classificados.

A remissão da salvaguarda patrimonial para os instrumentos de gestão territorial revela-se particularmente pertinente na medida em que permite a proteção dos valores patrimoniais sem a imposição de ónus adicionais ou de servidões administrativas, nem o exercício de qualquer margem de discricionariedade suscetível de afetar os titulares de direitos sobre os imóveis localizados nas imediações dos bens classificados.

Todavia, considerando que o Teatro Constantino Nery se insere numa área sujeita a elevada pressão urbanística e que, no enquadramento do articulado do PDM, os direitos edificatórios constituídos relativamente aos prédios envolventes poderão comprometer a salvaguarda do referido imóvel — para o qual se encontra proposta o presente procedimento classificação como monumento de interesse municipal —, entendeu-se ser pertinente e necessário proceder à constituição de uma Zona Especial de Proteção. Tal medida visa garantir a preservação do edifício e assegurar a sua adequada valorização, tendo em conta o seu reconhecido interesse arquitetónico, histórico e cultural, bem como promover a sua harmoniosa integração no tecido urbano envolvente.

Pretende-se que as intervenções relativas a operações urbanísticas localizadas na área abrangida pela Zona Especial de Proteção observem os princípios de proteção e valorização do Teatro Constantino Nery, respeitando a métrica cadastral das frentes edificadas, a expressão exterior dos pisos e, sempre que possível, o ritmo dos vãos de fachada, de forma a preservar a imagem consolidada do edificado existente, nomeadamente a diferenciação entre prédios, os respetivos remates superiores e as empenas laterais. Devem atentar também à diversidade atual de soluções volumétricas e de materiais patente nos edifícios existentes não deverá, em circunstância alguma, conduzir à sua substituição por frentes contínuas de desenho uniforme, suscetíveis de comprometer essa diversidade.

A edificação de novos imóveis no perímetro da Zona Especial de Proteção deverá, igualmente, compatibilizar-se com o Teatro Constantino Nery, tomando-o como referência fundamental no que respeita à sua implantação, volumetria e expressão arquitetónica.

Pelas razões supra expostas, a Câmara Municipal de Matosinhos, sob proposta da Comissão do Património Arquitetónico e Histórico e na sequência do trabalho técnico por esta desenvolvido, deliberou a abertura do procedimento de constituição de uma Zona Especial de Proteção do Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, enquanto monumento de interesse municipal, mediante deliberação camarária datada de 16 de abril de 2025.

3. DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

A Comissão do Património Arquitetónico e Histórico propõe que o imóvel designado por Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, como monumento de interesse municipal.

A decisão final do procedimento de classificação cabe à Câmara Municipal, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, artigo 57.º e n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Seguir-se-á a esta decisão a publicação no Diário da República e na página eletrónica da Câmara Municipal e a comunicação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Unidade de Cultura e, através desta, ao Património Cultural, I.P.

4. TEXTO EXPOSITIVO FINAL

4.1. IDENTIFICAÇÃO DO BEM.

Designação: Teatro Constantino Nery

Localização: Avenida Serpa Pinto, Matosinhos.

Proprietária: Câmara Municipal de Matosinhos.

Categoria: Monumento.

Graduação do interesse cultural: Interesse municipal.

4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O edifício do Teatro Constantino Nery foi inaugurado no sábado de 10 de junho de 1905. Foi mandado construir por Emídio José Ló Ferreira (1854 - 1943), um *brasileiro* de torna-viagem, dando-lhe o nome do seu amigo Constantino Nery, Governador de Manaus.

Matosinhos era à data nome de freguesia. A Vila de Matosinhos, abrangendo as freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, havia sido criada em 1853, sendo então o concelho denominado de Bouças. A Vila tornar-se-ia sede do concelho em 1909, passando então este a denominar-se Concelho de Matosinhos. Dez anos antes da inauguração do Teatro Constantino Nery, em 1895, concretizara-se o primeiro ciclo da construção do Porto de Leixões com a entrega definitiva da obra de construção dos molhes, ficando o porto a funcionar como porto de abrigo. A Doca nº 1 só viria a ser equacionada mais tarde, em 1908, com o plano dos engenheiros Adolfo Loureiro e Santos Viegas. Tendo sido construída lentamente só foi inaugurada em 1940.

O edifício irá ocupar uma parcela da Avenida Serpa Pinto, cujo empedramento fora concluído um ano antes, em 1904. Matosinhos apresentava já uma ocupação urbana em toda a área estruturada pelas Ruas de Brito Capelo e do Godinho e, com o plano de Licínio Guimarães, expandia para sul.

À data da inauguração do Teatro Constantino Nery, Matosinhos possuía uma mescla de diferentes grupos humanos com condições sociais diversas, em resultado da conjunção de sucessivas transformações com diferentes graus de influência, mas que fundaram uma nova realidade no território.

Certamente a transformação mais influente foi a construção do Porto de Leixões, que trouxe para Matosinhos mão de obra diversa, empreiteiros, maquinaria e técnicos.

Um segundo fator de transformação, foi a fixação de algumas famílias abastadas e de emigrantes de torna-viagem, do Brasil, que construíram palacetes ou casas imponentes, nomeadamente ao longo do eixo da Rua de Brito Capelo e sua paralela complementar, Rua de Roberto Ivens, à data denominadas, respetivamente, por Rua do Juncal de Cima e Rua do Juncal de Baixo, mas também na então designada por Rua de Santana, onde já há décadas se implantava o Palacete do Godinho. Também na pré-existente Rua Direita (atual Rua do Conde de Alto Mearim) existia o Palacete do Conde do Alto Mearim, José João Martins de Pinho (1849-1900). Não muito longe desse palacete, no Largo do Areal, junto à desaparecida Ponte dos 19 arcos, foi construída a Casa que pertenceu ao 1º Conde de S. Salvador, José João dos Reis (1820-1888). Nos novos arruamentos que foram consolidando a estrutura urbana, ergueram-se casas de famílias que vieram a ter um papel importante na vida social e económica de Matosinhos. Em Leça da Palmeira foi também construído um grande número de casas imponentes, sendo o caso mais emblemático, a Casa de Santiago. A origem desta atração estará em boa parte na moda de veraneio que levava a sociedade portuense a fixar-se nos lugares de S. João da Foz, Matosinhos e Leça da Palmeira, nos meses de banhos.

Toda esta fixação de pessoas, primeiro de forma sazonal e depois definitiva, em Matosinhos e Leça da Palmeira foi estimulada pelo desenvolvimento dos transportes e das vias de ligação ao Porto. Como fator mais relevante, a execução da Rua do Juncal de Cima, entre os anos de 1865 e de 1870, que começou por ser uma estrada municipal macadamizada, Estrada Foz - Leça da Palmeira. Em 1872, seria dotada da linha marginal da “*Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos*”, com carros por tração a muares. A tração animal foi substituída pelo carro elétrico em 1898 que também circulou em parte da Rua de Juncal de Baixo.

Um terceiro elemento transformador, que já à época da inauguração do Teatro Constantino despontava e que se viria a ser o fator mais influente na fixação de população durante todo o século XX não só na, então, Vila, mas em toda a área do concelho, seria a atividade industrial, iniciada em Matosinhos fundamentalmente com as conservas de peixe.

Entre 1897 e 1901, foi construído o edifício da Real Companhia Vinícola pela sociedade Meneres & C.^a, primeiro edifício industrial a implantar-se na zona de expansão de Matosinhos Sul, com o plano de Licínio Guimarães.

A presença de numerosos armazéns de salga e de salmoura em Matosinhos era já prenúncio da atividade industrial conserveira que mais tarde tomaria conta da atividade económica de quase todo o aglomerado urbano. Começavam, inclusivamente, a instalar-se já, unidades industriais da indústria conserveira de dimensão muito considerável, em Matosinhos Sul, como a Fábrica

Lopes, Coelho Dias & C^a, L^a (processo iniciado em 1899, na atual Rua de Brito Capelo) e a Fábrica de Conservas Brandão, Gomes & C^a, L^a, (processo iniciado em 1903, junto à praia), também na área sul de Matosinhos.



4.3. O TEATRO CONSTANTINO NERY

4.3.1. O EDIFÍCIO À ÉPOCA DA SUA INAUGURAÇÃO

O edifício revela que existiu uma grande preocupação com a imagem da frontaria, de desenho eclético, próprio dos figurinos de fachadas e de edifícios urbanos em voga na Europa no século XIX e no virar do século. Não conseguimos obter imagens de interior, do tempo da sua inauguração, embora no livro “Theatro Constantino Nery”, de A. S. Maia Gonçalves e Belmiro Esteves Galego (pág. 110), se encontre uma fotografia do público no seu interior, de 24 de setembro de 1933. A imprensa da época descreve-o como um edifício elegante e de sólida construção. Faz algumas referências ao seu interior, aludindo a um amplo átrio onde estava instalado um bufete, onde se vendiam também os bilhetes para os espetáculos, cujo teto era suportado por duas colunas. Descreve a sala de espetáculos com teto côncavo, provida de oito camarotes de frente, quatro de cada lado, dois junto ao palco e duas frisas, um balcão de cada lado que eram ocupados com 30 cadeiras. A plateia compunha-se por cerca de 400 cadeiras e as galerias acomodavam 200 espectadores.

A decoração da sala de espetáculos incluía elementos alusivos aos atores mais ilustres da época: Francisco da Silva Taborda, conhecido por *Ator Taborda* (1824-1909), aparecia em pintura do teto a ser coroado pela divindade Fama. Em medalhões nas cornijas, apareciam as efígies de

outros atores portugueses: Augusto Rosa (1852-1918); Eduardo Brazão (1851-1925); Rosa Damasceno (1845-1904); Virgínia Dias da Silva (1850-1922). Apareciam também, da mesma forma, representados o compositor e maestro português Alfredo Keil (1850-1907) e o compositor brasileiro Carlos Gomes (1836-1896). O pano da boca do palco reproduzia uma vista de Manaus, com o retrato do seu Governador Constantino Nery na sanefa.

4.3.2. OS TRÊS TEATROS CONSTANTINO NERY

Poderemos considerar para O Teatro Constantino Nery três grandes períodos distintos na sua vida como a grande Sala de Espetáculos de Matosinhos.

4.3.2.1. O primeiro corresponde ao tempo que decorreu desde a sua inauguração até à realização de obras de vulto ao longo da década de 1940. Conforme descrição, anteriormente exposta, à data da sua inauguração, a Sala de Espetáculos compunha-se por um vasto salão polivalente com palco, para um número total de espectadores a rondar os 650, com um átrio na área frontal de acesso.



Festa-Concurso RAINHA DAS CONSERVEIRAS, Domingo, 24 de setembro de 1933.
(livro “Theatro Constantino Nery”, de A. S. Maia Gonçalves e Belmiro Esteves Galego, pág. 110)

Neste primeiro período da Sala de Espetáculos terão estado em cena muitas e variadas peças de teatro, exhibições musicais e de dança diversas, nomeadamente interpretações corais de orfeões,

apresentações de ranchos folclóricos, espetáculos com cantores populares e os chamados espetáculos de variedades. A sala foi, ainda, requisitada inúmeras vezes para a realização de festas por associações e grupos culturais e recreativos, incluindo homenagens de clubes desportivos, para eventos dançantes, para celebrações familiares, para reuniões variadas, assim como para conferências.

Como Sala de Cinema, poderemos considerar que o primeiro passo das exhibições cinematográficas ocorreu no domingo, dia 7 de outubro de 1906, data em que se deu início às passagens de uma ou duas sessões do *cynematographo*, nos intervalos dos espetáculos. A exibição com regularidade de películas cinematográficas consolidou-se com a constituição de uma empresa para exploração do cinematógrafo do Teatro Constantino Nery: a Empresa Cinematográfica Portuguesa, Nunes & C.^a, em setembro de 1907. Com a denominação de “Cynematographo Deslumbrante” as exhibições cinematográficas foram intercaladas com os restantes espetáculos. Neste tempo, os espetáculos cinematográficos, consistiam em projetar imagens na tela que eram acompanhadas com piano ao vivo.

O cinema viria a ter grande importância, no que ao Teatro Constantino Nery diz respeito, durante as décadas de 1940, 1950 e parte da década de 1960. Por leitura do livro “Theatro Constantino Nery”, de A. S. Maia Gonçalves e Belmiro Esteves Galego, podemos constatar que esta sala de espetáculos nunca se dedicou em exclusivo à exibição cinematográfica, tendo sempre mantido o seu envolvimento com o teatro. Para além destas valências todas as outras a que já se fez referência, tiveram nela sempre o seu lugar.

4.3.2.2. Das obras da década de 1940 até ao encerramento no final da década de 1980

No domingo, dia 30 de junho de 1943, após um espetáculo de homenagem ao Orfeão de Matosinhos, com o Coral Polifónico do Clube Fenianos Portuenses, o velho teatro encerrou para concluir obras que já iam decorrendo há algum tempo. Estas obras foram reportadas no semanário local “*O Comércio de Leixões*”, como obras que iriam transformar o Teatro “*completa e profundamente*”.

Referente a estas obras, consta do Arquivo Municipal o Processo n.º 117/1943, de 20 de fevereiro, em nome da empresa Sousas & Oliveira. No requerimento que foi apresentado, as obras a realizar são descritas como “*conforme projecto e memória descritiva aprovada pela Inspeção Geral dos Espectáculos em 2 de Dezembro de 1942*”. Não foi possível localizar a referida memória descritiva. Deste processo resultou a emissão da licença n.º 738, de 23 de agosto de 1943. O projeto é assinado pelo Engenheiro Civil João Manoel Terenas Latino.

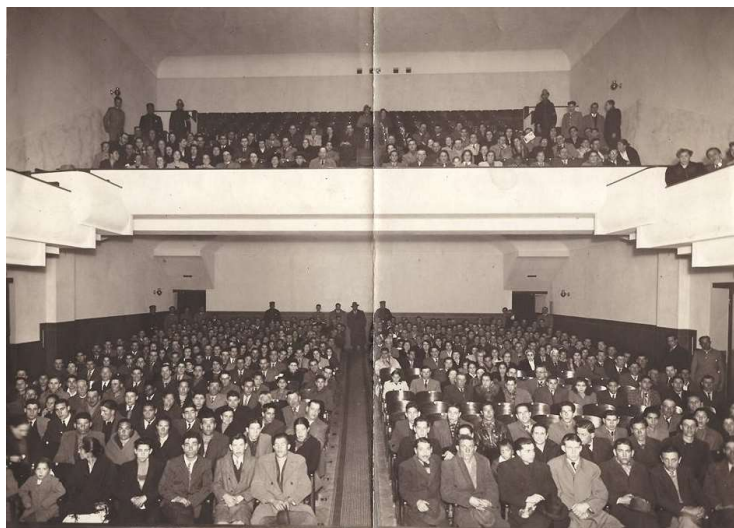
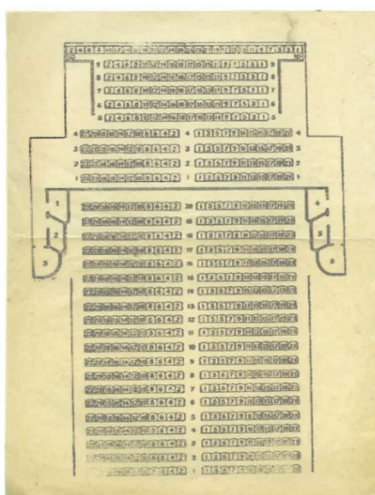
Foi possível recolher no arquivo elementos relativos a estas obras que constavam do processo da *Inspecção Geral dos Espectáculos*. Podemos constatar que existiu um primeiro projeto de 1942, cuja versão inicial sofreu muitas alterações na apreciação da tutela.

Do projeto apresentado à Câmara Municipal, com entrada em 20 de fevereiro de 1943, resultaram obras de remodelação que deram uma nova feição à sala, acomodando-a às soluções modernistas da época, criando uma área de balcão com três camarotes de cada lado, contíguos. Estas obras envolveram alterações profundas na conformação espacial e na estrutura do edifício. Essas alterações incidiram sobre toda a área afeta ao público, com a remodelação da área frontal (acessos, escadas, serviços de apoio e sanitários, átrio de entrada, no piso térreo, e salão, no andar), com a renovação da plateia e a construção de um balcão e camarotes contíguos, em betão armado. Incidiram também sobre a zona onde se inseria a cabine de projeção. Toda a área do palco, do subpalco, da teia e dos camarins foi remodelada.

Na terça-feira, dia 15 de fevereiro de 1944, deu-se a reabertura oficial da sala de espetáculos. Poderemos dizer que estas obras refundaram o Teatro Constantino Nery.

Imagens com a configuração da Sala após a sua reabertura, em 1944

(livro “Theatro Constantino Nery”, de A. S. Maia Gonçalves e Belmiro Esteves Galego, pág. 148)



Fotografia existente no Arquivo Municipal, que também consta do livro “Theatro Constantino Nery”, de A. S. Maia Gonçalves e Belmiro Esteves Galego, pág. 170.

OBRAS DE BENEFICIAÇÃO REALIZADAS APÓS A REABERTURA EM 1944

Após as obras de fundo realizadas na década de 1940, acima citadas, o Teatro sofreu obras de beneficiação posteriores, que se encontram registadas em documentação do Arquivo Municipal. Uma das obras de que há referência no Arquivo Municipal, ainda da década de 1940, consta da modificação da escada exterior da fachada lateral norte, com registo na “*Inspecção do Espectáculos*” com data de 12 de junho de 1947. Da década de 1950 constam os seguintes registos:

Uma obra que foi licenciada no Processo n.º 3310R/1953, de 28 de outubro, em nome de empresa Sousa & Filhos, a qual veio a colher o deferimento da Câmara em deliberação de 13 de novembro de 1954, após a aprovação da *Inspecção de Espectáculos* de 23 de outubro de 1953, compreendeu a abertura de uma porta exterior e construção de uma escada de acesso direto à rua, na fachada lateral norte, por imperativos de segurança, alterando a anterior de 1947. Um outro pedido, de 21 de julho de 1954, refere-se à ligação da rede de saneamento do edifício ao coletor geral do arruamento.

A Direção Geral dos Espetáculos cedeu ao Arquivo Municipal um conjunto de documentos avulsos, existente naquela entidade, relativos ao Teatro Constantino Nery. Desse conjunto fazem parte peças escritas e desenhadas, datadas de 4 de dezembro de 1954, relativas a obras realizadas em áreas técnicas, nomeadamente, na cabine de projeção, no posto de bombeiro e no compartimento de enrolamento. Desses documentos regista-se um conjunto de peças desenhadas datadas de 21 de outubro de 1953, que constituem documentos relevantes, correspondendo à informação mais esclarecedora sobre a configuração do Teatro Constantino Nery antes do seu encerramento no final da década de 1980.

Do Arquivo Municipal consta ainda um pedido com registo inicial de 20 de agosto de 1964, o qual veio a constituir o processo n.º 2661/ 1964, de 20 de agosto de 1964, em nome de Sousa & Filho, Lda. Contém um projeto assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Evaristo de Sousa Baptista, para a realização das seguintes obras: alargamento das bilheteiras; divisão da plateia em duas zonas; reposição de uma solução inicial de entrada e circulação centrais no balcão e eliminação das correspondentes laterais; criação no Balcão de um bufete e de novas instalações sanitárias.

OS ANOS DA DECADÊNCIA

A partir dos anos 70 e durante toda a década de 1980, a atividade do Teatro Constantino Nery foi decaindo, embora ocorressem, de forma espaçada, a exibição de filmes, representações de peças de teatro, a realização de saraus e algumas festas de coletividades.

O Teatro Constantino Nery terá passado por alguns períodos de encerramento e devido à falta de obras de conservação, foi-se degradando, conforme comprova a fotografia que se apresenta seguidamente, cuja data se desconhece.



Fotografia do Arquivo Municipal, com o Teatro, encerrado e em mau estado de conservação - data desconhecida.

O edifício que tantos sonhos acolhera e cujas paredes tantas emoções testemunharam, terá na década de 1980 entrado num processo de agonia enquanto sala de espetáculos até que, em junho de 1989, terá encerrado. Desde a sua inauguração em 1905 até ao seu encerramento, decorreram mais de 80 anos. O edifício passaria, então, dez longos anos sem utilização e com futuro incerto.



Fotografia de 1985, do Levantamento do Património do Concelho, com o Teatro ainda em funcionamento.

4.3.2.3. Remodelação e utilização contemporâneas

O Teatro Constantino Nery fechou ao público no final da década de 1980. Votado desde então ao abandono, o imóvel foi ficando cada vez mais degradado ao ponto de alguns elementos estruturais terem colapsado. Atenta à importância daquele equipamento como ativo cultural e ao seu significado na memória e na história do século XX de Matosinhos, a Câmara Municipal deliberou a aquisição do imóvel em reunião de 12 de outubro de 2000, verificando-se a posterior aprovação da Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 25 de novembro desse mesmo ano. Na sequência dessas decisões, por escritura lavrada em 20 de dezembro do ano de 2000, o Município de Matosinhos adquiriu o imóvel à então proprietária, a empresa Sopete Imobiliária, S.A.

Em 2003 a Câmara Municipal promoveu a abertura de um concurso público internacional para elaboração de projeto de remodelação do imóvel. O júri selecionou a proposta do “Atelier 15 Arquitectura”, dos Arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

Devido ao seu estado de degradação, por um lado, e tendo em conta a necessidade de adaptação a novos usos, o imperativo de polivalência e a introdução de melhorias técnicas e de conforto, por outro, a remodelação do edifício implicou a sua quase total substituição, com exceção da fachada que foi rigorosamente mantida como memória do cineteatro original. Nessa manutenção foram incluídos o desenho e materiais das caixilharias e os portões em ferro fundido que ladeiam o corpo central.

Em 15 de novembro de 2008, foi inaugurado o novo Teatro Municipal Constantino Nery, após a realização das obras.



Fotografia atual, 30 de janeiro de 2024

Esta alteração profunda transformou o edifício numa complexa máquina de acolhimento de público e de apresentação de espetáculos de diferentes valências, através da conformação dos espaços e da utilização de recursos tecnológicos adequados às exigências contemporâneas.

Exteriormente o edifício passou a constituir uma mole compacta, composta por dois volumes:

1. Um, balizado pela fachada frontal, preservada, e pelas empenas criadas com a mesma altura da frontaria, com uma cobertura arredondada revestida a zinco.
2. Outro, muito mais alto, ocupando um pouco mais de um terço da implantação do edifício, na zona posterior da parcela.

Poderemos dizer, sumariamente, que o primeiro volume acomoda, fundamentalmente, as áreas do público, da gestão e da assistência técnica, enquanto o segundo corresponde à parte do edifício destinada ao trabalho específico dos atores dos espetáculos. Esta separação funcional tem como espaços preponderantes, respetivamente, a Sala Principal do público e o Palco.

ARTICULAÇÃO FUNCIONAL

A partir das três portas existentes no rés do chão da fachada frontal acede-se ao interior do edifício passando por um átrio, que funciona como guarda-vento, com uma caixilharia de ferro e vidro, e que faz a transição para o foyer. Este foyer no piso 1 (rés do chão), com pé direito duplo, é o espaço de ligação e distribuição das circulações para todos os outros espaços. Ao fundo do foyer está o balcão de informações, com uma parede de vidro na sua retaguarda e, de cada um dos lados dessa parede, estão as entradas para a Sala Principal de espetáculos. À direita está o bengaleiro e um sanitário para deficientes.

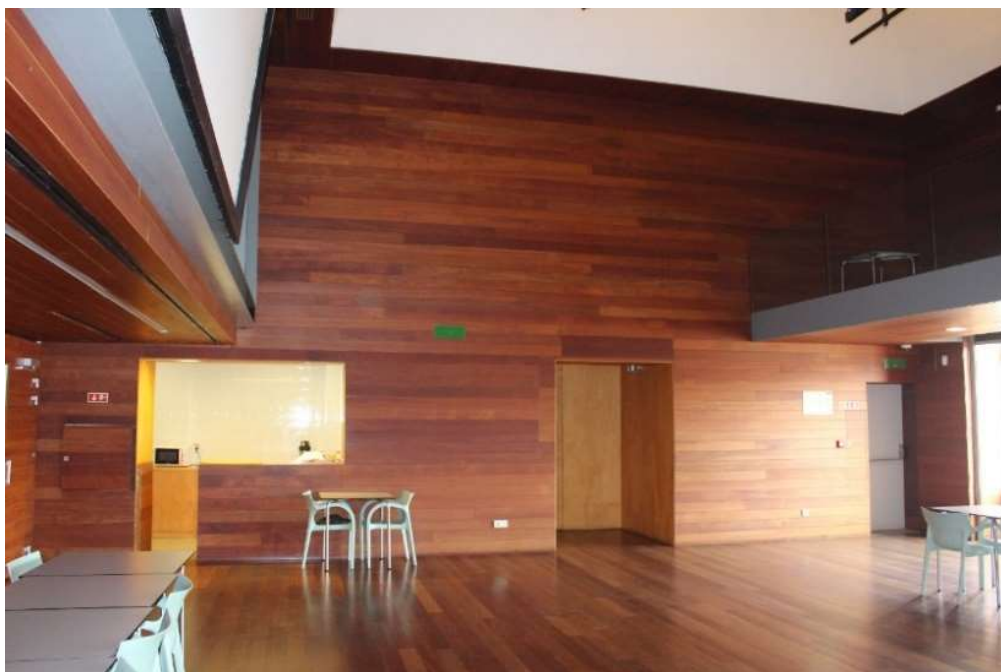
Entrando no foyer, do lado direito, um elevador permite aceder ao piso inferior -1 e aos pisos superiores 2 e 3; um lanço de escada leva-nos ao piso 2, onde se localizam os sanitários públicos, com um sanitário para pessoas com mobilidade condicionada, e os balneários de pessoal. A partir desse piso um novo lanço de escada leva-nos ao Espaço Polivalente situado no piso 3, com aberturas para a Avenida Serpa Pinto. Uma vez aqui chegados é possível o acesso à Sala Principal, às filas superiores, por duas portas na parede sob o corpo da Régie, que separa o Espaço Polivalente da Sala Principal.

No piso 3 situa-se igualmente um bar e uma cozinha, que permitem servir bebidas ou refeições ligeiras. Existe, ainda, uma galeria a que se acede pela escada aí existente e que, enriquecendo a capacidade de uso do Espaço Polivalente, garante o acesso à Régie. Uma porta, situada junto à fachada lateral, serve como saída de emergência através de uma escada exterior metálica, que liga diretamente o piso 3 ao espaço público.



Fotografia, a partir do Palco, da Bancada da Sala Principal, vendo-se ao fundo a Régie.

O Espaço Polivalente funciona como café-concerto e acolhe atividades culturais diversas, incluindo a apresentação de livros. A Régie, que separa a Sala Principal e o Espaço Polivalente, é uma área de controlo técnico destes dois espaços. Em estrutura metálica e vidro, a Régie é suspensa em três carris que permitem a mobilidade, num curso de 4,20 m.



Fotografia do Espaço Polivalente.

No foyer, no piso 1, à esquerda de quem entra, temos a passagem para um corredor que serve a zona administrativa (onde funciona a Direção do edifício), dando também acesso à área do Palco e a toda a área de trabalho específico dos atores dos espetáculos, incluindo os camarins.

No extremo desse corredor, na zona posterior da parcela, encontra-se uma caixa de escadas e um elevador que acedem a todos os pisos, desde o -2 à cobertura. Estas circulações verticais percorrem toda altura da área da teia do palco, com acessos a esta para atividades técnicas de retaguarda dos espetáculos, nos níveis correspondentes aos pisos 4, 5 e 7. Dão também acesso aos camarins que se distribuem desde o piso -1 até ao piso 4. No piso 8, cobrindo toda a área do palco e respetiva teia, existe uma ampla sala de ensaios e três gabinetes de trabalho.

O piso -1 desenvolve-se em quase toda a área ocupada pelo edifício, tendo acesso pelo elevador e caixa de escadas na zona posterior, bem como pela escada localizada no topo anterior do corredor lateral.

O piso -2 só tem acesso pelo elevador e caixa de escadas na zona posterior, e ocupa simplesmente a área sob o palco, possuindo ainda um espaço de arrumo sob a área ocupada pelos camarins.

SOBRE AS ÁREAS DESTINADAS AO PÚBLICO

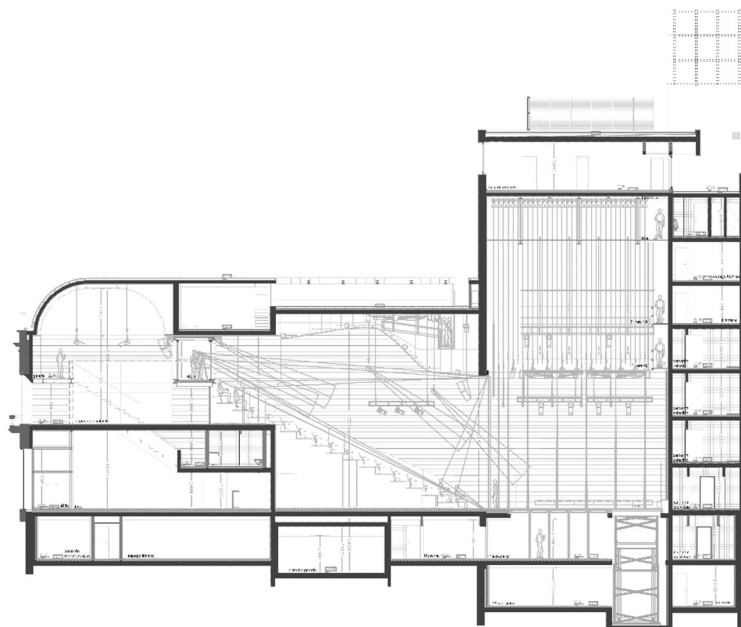
Na sua configuração mais usual a bancada da Sala Principal tem uma lotação de 240 lugares, número ao qual acrescem dois lugares para cadeiras de rodas ao nível do piso 3. A bancada compõe-se por dois conjuntos retrácteis, um com 11 filas e outro com 3 filas. O primeiro conjunto funciona sobre o pavimento do piso 1 e o segundo conjunto sobre o pavimento do piso 3 (ao nível do Espaço Polivalente). Cada um destes conjuntos é constituído por uma fila fixa de cadeiras, totalizando 16 filas de 15 cadeiras.

Desenvolvendo-se a bancada desde o piso 1 até ao piso 3, onde se localiza o Espaço Polivalente, circula-se entre a Sala Principal e o Espaço Polivalente por baixo da Régie. Pode-se entrar na Sala Principal ao nível do piso 1 ou ao nível do piso 3.

Quando as bancadas retráteis se encontram totalmente abertas, com a lotação máxima, a Régie está na sua posição mais recuada e a área do Espaço Polivalente é menor; quando a Régie avança, o conjunto de bancada menor recolhe, ficando a lotação da Sala Principal reduzida a 180 lugares e a área do Espaço Polivalente aumenta.

Quando as bancadas se encontram totalmente recolhidas, a Sala Principal é transformada num amplo salão, com a possibilidade de se ligar ao Espaço Polivalente; neste caso, o Espaço Polivalente pode funcionar como varanda sobre a Sala Principal.

O edifício possui ainda no corpo mais alto uma torre cujo remate é feito com painéis de policarbonato com iluminação noturna por um sistema RGB (sistema de cores aditivas - “Red; green; blue”).



Corte longitudinal do edifício – peça desenhada do projeto.

4.4. A CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Incidindo sobre o edifício do Teatro Constantino Nery, esta proposta de classificação é plural no seu objeto. De facto, o edifício, destinado a sala de espetáculos, nesta data com cento e vinte anos, passou por diversas épocas, cada uma com a sua identidade própria, às quais o edifício se foi adaptando. Sendo um espaço de utilidade e fruição públicas, acolheu ao longo da sua história espetáculos e eventos de grande significado que fazem parte de uma memória coletiva que ultrapassa os limites do concelho de Matosinhos. Poderemos dizer que o imóvel a classificar conta com três vidas, já identificadas no texto, cada uma com uma conformação interior própria, adaptada às formas de espetáculo e de reunião das gerações de público que serviu. De permanente manteve a sua frontaria que transporta valores arquitetónicos do edifício original. O edifício vale pela sua importância pública, tão relevante que poderemos dizer que o Teatro Constantino Nery faz parte da própria identidade de Matosinhos. Nunca teve especial valor como obra de arquitetura, nem autor arquiteto como, por exemplo, o Teatro Dona Amélia, em Setúbal, de Nicola Bigaglia, inaugurado em 1897 (este edifício foi demolido em 1958). Contudo, com a aquisição do edifício pelo Município e a intervenção erudita realizada com projeto dos Arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, foi acrescentada a dimensão do interesse arquitetónico ao imóvel.

Matosinhos, 30 de dezembro de 2025

António Maia.

4.5. NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE EMÍDIO JOSÉ LÓ FERREIRA

Emídio José Ló Ferreira – Visconde de Trevões, figura incontornável da História de Matosinhos nos finais do século XIX. Oriundo de Trevões, S. João da Pesqueira, vem trabalhar numa das obras de engenharia mais importantes do nosso país, na construção do porto de abrigo de Leixões. Em 1888, já residia aqui com a sua mulher Cacilda Ferreira Marques, pois em junho desse ano batizou o seu filho Ernesto na igreja do Senhor de Matosinhos.

Concluído o seu trabalho no Porto de Leixões em 1894, em março desse ano, desembarcou em Manaus com 125 emigrantes, em condições especiais para a maioria deste grupo, uma vez que as despesas estavam a cargo do governo do estado da Amazónia.

Pouco tempo depois da sua chegada a Manaus, associou-se a F. Guimarães, uma empresa relacionada com a construção civil. Passado algum tempo, morre o seu sócio e assume individualmente este negócio.

Emídio Ló Ferreira deslocava-se com regularidade a Matosinhos, quer para tratar da sua saúde quer para tratar de negócios. Numa destas viagens levou a sua família para o Brasil.

Os negócios de Ló Ferreira progrediram rapidamente e, em 1901, já se tinha associado ao Comendador Manuel Ramos Pinto e a José Guilherme de Campos num importante negócio de ferragens.

Em 1902, e em virtude do falecimento do seu antigo sócio J. Guilherme de Campos, arremata parte da obra de ampliação do porto fluvial de Manaus. Como o volume de obras tinha aumentado, recorreu a pessoas da sua confiança, levando para o Brasil a sua irmã e o irmão António.

Graças ao seu prestígio profissional e à amizade com o governador do Estado, Constantino Nery, participou em muitos projetos de obras públicas. Entre elas salientamos a penitenciária do estado, batizada de Casa de Detenção de Manaus. A obra teve início em 1904 sob coordenação de Emídio José Ló Ferreira, apelidado entre eles como arquiteto. O semanário “O Monitor” noticiava a 10 de março de 1901, que estava em curso na Avenida Serpa Pinto um edifício para instalar um espaço cultural/Teatro da autoria de José Emídio Ló Ferreira, num terreno de que era proprietário. Inaugurado a 10 de junho de 1905, como Teatro Constantino Nery, com o nome do então Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. António Constantino Nery, seu amigo e padrinho de um dos seus filhos. Este facto reflete as fortíssimas relações que na época havia entre Matosinhos e o Brasil.

O Monitor noticia em 1907 que o Comendador Ló Ferreira vinha a Portugal tratar de negócios sendo que logo depois, partiu daqui para Paris com a família. Nesta data foi votado para Sócio Honorário do Clube de Caçadores de Matosinhos. Três dias depois foi eleito como vogal para a delegação em Matosinhos da Sociedade de Propaganda de Portugal, que tinha como objetivo atrair turistas estrangeiros para Portugal. À semelhança de todos os *torna-viagem* endinheirados, realizavam muitas viagens ao exterior, nomeadamente à Europa, mas também faziam termas todos os anos.

Em 1907, realizou-se uma cerimónia de grande pompa no Teatro Constantino Nery, um grande jantar acompanhado por uma orquestra com 25 elementos, para abrilhantar o casamento da filha do comendador, Maria José Ló Ferreira, após cerimónia religiosa realizada na igreja de Lordelo do Ouro.

Os títulos honoríficos concedidos pelo Rei a muitos emigrantes de *torna-viagem* enriquecidos, justificavam-se pelos atos de beneficência em que participavam ou pelos seus contributos para iniciativas de progresso. Por essa razão foi agraciado pelo Rei D. Manuel II, com o título de Comendador da Ordem de Cristo e com o título de Visconde de Trevões em 1909, concedendo-lhe ainda a autorização para usar o respetivo Brasão de Armas, através do Alvará de 22/08/1909. Nessa altura Ló Ferreira desempenhava o cargo de Vice-Presidente da Câmara de Bouças e mais tarde o de Presidente, substituindo o Dr. Godinho Faria.

Pela documentação da Câmara aferimos que viveu numa das casas na Avenida Meneres, junto à Rua Brito Capelo, pensa-se que numa casa alugada. Como era proprietário do terreno no lugar de Santana, dá início em 1910 às obras para a construção do Palacete. Este Palacete foi implantado num alinhamento recuado, tendo a área frontal sido cedida à Câmara para integração na Rua de Santana, hoje, Avenida de D. Afonso Henriques.

Os atos de benemerência do Visconde Ló Ferreira, foram uma constante ao longo da sua vida. Era de facto um homem generoso, tendo também no Brasil apoiado muitos emigrantes, custeando-lhes todas as despesas de saúde, sobrevivência e até as viagens de regresso. Em Matosinhos recorreu à mão de obra dos seus companheiros de jornada no Brasil, procurando sempre dar-lhes este apoio e reconhecimento.

Em 1915 foi inaugurada uma creche para crianças sem recursos, com sede nas Ruas de Roberto Ivens e Primeiro de Dezembro, tendo o Visconde Ló Ferreira integrado entre outros a primeira direção desta creche. Rapidamente adquiriu uma posição de relevo na vila, devido às suas participações para melhoramentos públicos, (como o contributo para a iluminação pública em Leça da Palmeira e para o ajardinamento da ala norte do jardim do adro da igreja do Bom

Jesus de Matosinhos), assim como a sua participação em confrarias e no financiamento de solenidades religiosas. Os seus gestos de cooperação tanto se verificaram no Brasil, como em Matosinhos e Vila Real. Até no desporto foi figura de relevo, sendo eleito o primeiro Presidente da Assembleia Geral do Leixões.

Ló Ferreira, o exímio pedreiro das obras do Porto de Leixões, vai para o Brasil em 1894. Tal foi o seu desempenho e fortuna que em 1907 já se destacava na sociedade matosinhense a tal ponto, que foi atribuído o seu nome a uma das ruas de Matosinhos.

O Visconde Ló Ferreira, faleceu em Vila Real, em 1943, na sua Quinta de Almodena.

Matosinhos, 23 de abril de 2024

Conceição Pires

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - Fontes Diversas

Divisão de Bibliotecas e Arquivo:

- Processo n.º 117/ 1943, de 20 de fevereiro, em nome da empresa Sousas & Oliveira.
- Processo n.º 3310R / 1953, de 28 de outubro, em nome de empresa Sousa & Filhos.
- Processo n.º 2661/ 1964, de 20 de agosto de 1964, em nome de Sousa & Filho, Lda.
- Documentos avulsos cedidos pela Direção Geral dos Espetáculos ao Arquivo Municipal, relativos ao Teatro Constantino Nery.

Departamento de Obras:

- Documentos do projeto de remodelação do edifício, relativos ao projeto do “Atelier 15 Arquitectura”, dos Arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

Departamento da Cultura:

- Visita ao edifício, orientada pelas técnicas da Divisão do Teatro Municipal, do Departamento da Cultura e fornecimento de fotografias da Sala Principal.

II - Bibliografia

MAIA GONÇALVES, António Sousa; GALEGO, Belmiro Esteves. *Theatro Constantino Nery, Resenha Histórica Através da Imprensa Local*. 2011. Edição ANCIMA – Associação para a Animação da Cidade de Matosinhos Fórum Matosinhense. ISBN: 978-972-9143-72-4.

TATO, Josué Gomes Fernandes. – *Memória da Indústria Conserveira. Matosinhos, Leça da Palmeira e Perafita, 1899 – 2007*. Maio 2008, Matosinhos: Edição Câmara Municipal de Matosinhos & Napesmat, 2008. ISBN 978-972-9143-55-7.

DIONÍSIO, Sant' Anna – Matosinhos, Leça e Praia da Memória, em Guia de Portugal, Entre Douro e Minho – Douro Litoral, Volume IV, Tomo 1, 1964-1965, 2.^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, outubro de 1985.

FELGUEIRAS, Guilherme. - *Monografia de Matosinhos*. 1958. Matosinhos.

Pela Comissão do Património Arquitetónico e Histórico:

António Maia, Maria João Rodrigues e José Manuel Varela, 30 de dezembro de 2025